

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC Nº 09/2023 INOVAÇÃO PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FAPESC torna público o lançamento da presente Chamada Pública e convida empresas catarinenses com fins lucrativos a apresentarem propostas de projetos de inovação para cadeias produtivas vinculadas aos setores de geração de energia de Santa Catarina, alinhadas às diretrizes da Política Estadual de Transição Energética Justa, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas catarinenses, nos termos dos arts. 218, 219, 219-A e 219-B da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e arts. 136, II e 176 da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989; da Lei Federal nº 10.973, de 2004; da Lei Estadual nº 14.328, de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 2.372, de 2009, e **considerando**:

- que a FAPESC é a agência de fomento executora da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) para o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado de Santa Catarina;
- que compete à FAPESC apoiar e promover a realização de estudos, executar e divulgar programas e projetos de pesquisa científica e de inovação, individuais ou institucionais, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições públicas ou privadas permitindo o desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos e inovadores, de acordo com as diretrizes atribuídas pela Lei Complementar nº 741, de 2019, bem como pelo Estatuto Social da FAPESC, aprovado pelo Decreto nº 965, de 2012;
- que é de competência da FAPESC promover, no espaço catarinense, em todos os níveis, a interação das instituições científicas, dos complexos empresariais, do governo e da sociedade; bem como promover e estimular a realização de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições públicas ou privadas, do país ou do exterior, concedendo-lhes os recursos necessários para a aquisição de material, contratação e remuneração de pessoal vinculado a projetos de pesquisas e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;
- que a FAPESC busca fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento da cultura de inovação, das ações de empreendedorismo inovador e da criação de negócios de base tecnológica e inovadora para o desenvolvimento de todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

1. CARACTERIZAÇÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

A atividade de geração de energia é de extrema relevância econômica e social para a vida de muitos cidadãos e empresas de diferentes países e, também, para diferentes associações municipais de Santa Catarina, sendo responsável por milhares de empregos diretos e indiretos. Nesse contexto, uma Transição Energética Justa (TEJ) estruturada se torna fundamental para garantir que esse setor e áreas correlatadas sigam aportando para o desenvolvimento global, nacional e regional de maneiras mais sustentáveis.

A Transição Energética Justa se caracteriza como uma jornada tecnológica e econômica que visa garantir a manutenção de milhares de empregos e redução de impactos ambientais. Por meio da TEJ, pretende-se oferecer oportunidades de qualificação profissional para o setor de energia e corpo técnico da FAPESC e fomentar processos, serviços e produtos ambientais, sociais e de governança (ESG) mais equilibrados. Nesse contexto, a TEJ proposta desde 2022 também contempla o desenvolvimento de projetos e investimentos em pesquisa e inovação, visando a implementação de tecnologias mais sustentáveis e eficientes. Essa abordagem busca garantir que Santa Catarina continue suprindo suas necessidades energéticas de forma mais segura e

sustentável. Bem como, garantir a preservação do meio ambiente e a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) com o propósito de utilizar e implementar tecnologias mais limpas e energias renováveis em diferentes eixos, sempre que possível.

2. OBJETIVO

Fomentar o desenvolvimento de projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, por meio de empresas catarinenses, com fins lucrativos, que submetam propostas de projetos de inovação para cadeias produtivas vinculadas aos setores da geração de energia de Santa Catarina. As propostas serão apoiadas com recursos de subvenção econômica e deverão apresentar soluções e produtos alinhados às diretrizes do Programa de Transição Energética Justa (TEJ) (Lei Federal nº 14.299, de 5 de janeiro de 2022) e à Política Estadual de Transição Energética Justa (Lei Estadual nº 18.330 de 5 de janeiro de 2022).

2.1. Objetivos Específicos

1. Apoiar o desenvolvimento de processos, serviços e produtos com maior valor agregado para promover a sustentabilidade e competitividade das cadeias produtivas em Santa Catarina, e no Brasil, vinculados aos setores de mineração de carvão mineral e geração de energia termelétrica.
2. Fomentar a aproximação entre empresas catarinenses e centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para contribuir significativamente no aprimoramento das cadeias produtivas de Santa Catarina vinculadas aos setores da mineração do carvão mineral e geração de energia termelétrica; capacitar recursos humanos para o mercado; e qualificar infraestruturas laboratoriais de empresas mineradoras, petroquímicas, carboquímica, metalúrgicas, energéticas, agrícolas, ambientais e de alta tecnologia.
3. Promover soluções aos desafios sociais, ambientais e de governança (ESG) em Santa Catarina e no Brasil, utilizando recursos e resíduos minerais vinculados às atividades de empresas mineradoras, petroquímicas, carboquímicas, metalúrgicas, energéticas, agrícolas, ambientais e de alta tecnologia.
4. Promover a cooperação técnica, na temática deste Edital, visando aprimorar o conhecimento, bem como promover a resiliência e sustentabilidade, correlacionados aos desafios e metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 em Santa Catarina e no Brasil.

2.2 Das Linhas Temáticas

a) As propostas de projetos deverão atender a pelo menos uma linha temática, dentre as citadas a seguir:

- I. Desenvolvimento de produtos com maior valor agregado a partir do aproveitamento de resíduos dos setores vinculados às empresas mineradoras, petroquímicas, carboquímicas, metalúrgicas e de energia termelétrica.
- II. Recuperação ambiental de áreas degradadas correlacionadas às atividades de empresas mineradoras, petroquímicas, carboquímicas, metalúrgicas e de energia termelétrica.
- III. Mapeamento e/ou redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) correlacionados às atividades de empresas mineradoras, petroquímicas, carboquímicas, metalúrgicas e de energia termelétrica.

b) As propostas que contemplarem mais de uma linha temática serão enquadradas como Grupo A, desde que atendam aos critérios estipulados no item 3 desta Chamada para acessar, de modo classificatório, a subvenção econômica não reembolsável disponível no item 5. Serão consideradas no Grupo A, as propostas que atendam minimamente as linhas I e III ou as linhas II e III.

c) As propostas que optarem por contemplar apenas uma linha temática serão enquadradas como Grupo B, desde que atendam aos critérios estipulados no item 3 desta Chamada para acessar, de modo classificatório, a subvenção econômica não reembolsável disponível no item 5.

2.3 Dos Resultados Esperados

Espera-se pela geração de processos e/ou serviços e/ou produtos com maior valor agregado no mercado, alinhados com os objetivos dispostos no item 2.1 (e correlacionados entre si, conforme matriz do **Apêndice VI** do Plano de Trabalho). Assim como espera-se promover a resiliência, sustentabilidade e competitividade das cadeias produtivas de Santa Catarina, bem como do Brasil, vinculadas às atividades de empresas mineradoras, petroquímicas, carboquímicas, metalúrgicas e termelétricas.

3. DOS CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE

Os critérios de admissibilidade das propostas compreendem as seguintes condições:

3.1 Do Proponente da Proposta de Projeto

- Possuir vínculo direto com a Empresa Proponente, comprovado por meio de contrato social, ser proprietário(a) ou sócio-proprietário(a), sendo o(a) **representante legal da empresa** perante a FAPESC;
- Ser pessoa física e residir em Santa Catarina;
- Ser o(a) principal responsável pela submissão da proposta na Plataforma de CTI da FAPESC e pelo desenvolvimento do projeto submetido, conforme o objetivo da presente Chamada Pública;
- Estar em situação regular no país, se estrangeiro(a);
- Ter 18 anos completos a partir da data de publicação da presente Chamada Pública;
- Possuir cadastro atualizado na Plataforma de CTI da FAPESC, disponível por meio do link <http://plataforma.fapesc.sc.gov.br/fapesc/#/public/login>.

3.2 Empresa Proponente

- Ser a instituição de vínculo do(a) Proponente da Proposta, conforme item 3.1;
- Estar sediada/endereço e com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no Estado de Santa Catarina;
- Ser empresa com fins de lucro estabelecida no Estado de Santa Catarina com mais de 3 (três) anos de atuação até a data de lançamento da presente Chamada Pública;
- Estar regular quanto à prestação de contas de recursos estaduais recebidos e adimplente em relação às obrigações assumidas com a Administração Pública Estadual e a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- Apresentar balancete do último ano fiscal comprovando faturamento;
- Possuir cadastro atualizado na Plataforma de CTI da FAPESC, disponível por meio do [link http://plataforma.fapesc.sc.gov.br/fapesc/#/public/login](http://plataforma.fapesc.sc.gov.br/fapesc/#/public/login). Ressalta-se que o(a) representante legal da empresa deverá estar previamente cadastrado(a) na Plataforma de CTI da FAPESC para possibilitar o registro completo da empresa;
- Não são passíveis de apoio as filiais ou grupos com sede em outros estados.

3.3 Da Proposta

A estrutura padrão de submissão de proposta, de acordo com o Plano de Trabalho, deverá apresentar os seguintes itens:

- Ser submetida pelo(a) Proponente da Proposta de projeto (representante legal da empresa), conforme item 3.1;

- b. Indicar a equipe técnica executora prevista e/ou existente, previamente registrada na Plataforma de CTI da FAPESC, conforme item 3.4;
- c. O(a) Proponente deverá enviar 01 (um) arquivo em formato PDF, em português, contendo todas as informações constantes no **Anexo I** da presente Chamada Pública e seus respectivos documentos comprobatórios. O Plano de Trabalho não poderá ultrapassar o limite de 15 páginas (referências bibliográficas e os apêndices não serão contabilizados na paginação total do Plano de Trabalho da proposta de projeto submetida nesta Chamada Pública);
- d. A proposta deverá apresentar com clareza o(s) produto(s) ou processo(s) inovador(es) a ser(em) desenvolvido(s). Para este fim, as atividades a serem custeadas com recursos desta Chamada e de contrapartida deverão estar adequadamente identificadas no Plano de Trabalho.

3.3.1 Cada Empresa Proponente poderá submeter apenas uma proposta nesta Chamada Pública, dentre as linhas temáticas do item 2.2. No caso de apresentação de mais de uma proposta pela mesma Empresa Proponente, levando-se em conta a ordem cronológica de submissão, será considerada válida a última proposta de projeto submetida na Plataforma de CTI da FAPESC. As demais serão desclassificadas.

3.3.2 Não serão aceitas propostas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no cronograma desta Chamada Pública.

3.3.3 A FAPESC poderá excluir o projeto que julgar igual ou muito semelhante à outra proposta já aprovada em qualquer um dos seus programas anteriores.

3.3.4 As propostas terão prazo de execução de até 12 (doze) meses após assinatura do Termo de Subvenção e publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE-SC), prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, condicionadas à avaliação de desempenho e resultados obtidos, de acordo com Plano de Trabalho e cumprimento das metas estabelecidas.

3.4 Da equipe técnica

A equipe técnica responsável pela execução do projeto deverá ser composta, necessariamente, por:

3.4.1 Coordenador(a) Geral

- a. Ser pessoa física e residir em Santa Catarina;
- b. Ser o(a) principal responsável pelo desenvolvimento do projeto submetido, conforme o objeto da presente Chamada Pública;
- c. Possuir vínculo direto com a Empresa Proponente, comprovado por meio de contrato social, ser proprietário(a) ou sócio-proprietário(a), sendo o representante legal da empresa perante a FAPESC;
- d. Estar regular quanto à prestação de contas de recursos estaduais recebidos e adimplente em relação às obrigações assumidas com a Administração Pública Estadual e à Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- e. Estar em situação regular no país, se estrangeiro(a);
- f. Ter 18 anos completos a partir da data de publicação da presente Chamada Pública;
- g. Possuir título de graduação há pelo menos 5 (cinco) anos até a data de publicação deste Edital;
- h. Possuir currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes.

3.4.2 Coordenador(a) Técnico(a)

- a. Ser brasileiro(a) com CPF e com trajetória científica em nível nacional e internacional;
- b. Possuir título de doutorado em áreas correlacionadas com as linhas temáticas da presente Chamada Pública;
- c. Ter registro ORCID;

- d. Estar regular quanto a prestação de contas de recursos estaduais recebidos e adimplente em relação às obrigações assumidas com a Administração Pública Estadual e a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- e. Ter 18 anos completos a partir da data de publicação da presente Chamada Pública;
- f. Possuir currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes.

3.4.3 Demais especialistas técnicos e/ou científicos

- a. Profissional ou profissionais com título de graduação e, desejável, com curso de especialização, mestrado ou doutorado em áreas correlatas à proposta de projeto submetida nesta chamada;
- b. Desejável ter participado de pelo menos 01 (um) projeto de CTI ou PD&I, com financiamento via agências de fomento brasileira ou iniciativa privada, em áreas correlatas à proposta de projeto submetida nesta chamada;
- c. Possuir currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes.

4. DO CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS
Lançamento da Chamada Pública no site da FAPESC	08/09/2023
Submissão das propostas na Plataforma de CTI da FAPESC	08/09/2023 a 09/10/2023
Análise e julgamento das propostas	De 09/10/2023 a 23/10/2023
Divulgação das propostas classificadas	A partir de 24/10/2023
Prazo para interposição de recursos administrativos	De 25/10/2023 a 27/10/2023
Apresentação do julgamento dos recursos e divulgação do resultado oficial de classificação	A partir de 30/10/2023
Ajustes no Plano de Trabalho (caso necessário). O(A) Proponente terá um prazo de até 7 (sete) dias corridos da data que for solicitado na Plataforma.	De 31/10/2023 a 10/11/2023
Inclusão dos documentos necessários para a contratação (item 8.5.2). O(A) Proponente terá um prazo de até 7 (sete) dias corridos da data que for solicitado na Plataforma	De 13/11/2023 a 21/11/2023
Elaboração da documentação do Termo de Subvenção (validação dos documentos, empenho, validação do Setor Jurídico, assinatura das partes e publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina). Validação da conta que será aberta pela FAPESC. (O(A) Proponente terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento das informações para validação da conta junto à agência bancária escolhida).	De 22/11/2023 a 30/11/2023
Celebração dos Termos de Subvenção	A partir de 01/12/2023

4.1. O descumprimento dos prazos previstos no presente cronograma pela Empresa Proponente implicará na não contratação do projeto aprovado.

4.2. A equipe técnica responsável pela Plataforma de CTI da FAPESC estará disponível para suporte até o horário de funcionamento da FAPESC. Sendo assim, a FAPESC não se responsabiliza por qualquer problema na submissão das propostas motivado por eventuais falhas

de conexão com a internet, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados. Essas eventualidades não serão aceitas como argumento para a submissão de propostas após o prazo. Recomenda-se que as propostas sejam encaminhadas com prudente antecedência.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Será destinado para esta Chamada Pública o valor global de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) de subvenção econômica, não reembolsável, oriundos do orçamento da FAPESC. O valor será liberado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPESC, podendo ser ampliado conforme mérito e relevância das soluções apresentadas, especialmente considerando o Orçamento Global do Estado.

5.2. Os recursos disponibilizados serão destinados à subvenção econômica de até 3 (três) propostas de empresas com fins lucrativos.

5.3 As propostas que englobarem mais de uma linha temática estarão elegíveis para serem contempladas com R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), segundo os critérios do item 3.3 deste Edital e recebendo a melhor pontuação na classificação de sua categoria (Grupo A).

5.4 As propostas que optarem por responderem a apenas uma das linhas temáticas estarão elegíveis a receberem o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), segundo os critérios do item 3.3 deste Edital e recebendo a melhor pontuação na classificação estipulada para esta categoria (Grupo B).

5.5 Os recursos serão liberados em 2 (duas) parcelas de acordo com o cronograma de repasse a ser estabelecido e a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPESC.

5.6 Para o recebimento das referidas parcelas, a empresa deverá apresentar a prestação de contas técnica e financeira da parcela anterior, bem como demonstração de utilização e comprometimento dos recursos financeiros conforme Plano de Trabalho apresentado.

5.7 A liberação da parcela subsequente estará condicionada a utilização mínima de 80% do recurso recebido na parcela anterior.

5.8 A FAPESC poderá utilizar até 0,5% (meio por cento) deste valor para o processo de seleção, acompanhamento e avaliação dos projetos desta Chamada Pública.

6. DA CONTRAPARTIDA E CAPACITAÇÃO

6.1. A Empresa Proponente da proposta de projeto deverá, obrigatoriamente, disponibilizar, a título de contrapartida, no limite mínimo de 1% (um por cento) do valor de fomento contratado, bens e serviços efetivamente aportados ao projeto, bem como apresentar condições adequadas ao desenvolvimento do projeto e/ou das atividades correspondentes. Tais informações deverão figurar no Plano de Trabalho e no cronograma de desembolso da proposta de projeto.

6.2. Os “itens não financiáveis” constantes no item 7.2 não poderão ser considerados como contrapartida.

6.2. A empresa proponente selecionada pela presente Chamada Pública deverá, obrigatoriamente, disponibilizar, sempre que solicitado pela FAPESC, as informações sobre a atuação da equipe técnica e resultados alcançados nas ações por meio de relatórios e indicadores de desempenho.

6.3 O Relatório Parcial de Resultados será enviado semestralmente pela Empresa Proponente selecionada por essa Chamada Pública, apresentando as atividades do cronograma realizadas e o conhecimento gerado até o momento, bem como os resultados parciais alcançados. Destacando a possibilidade de aplicabilidade dos processos, serviços ou produtos em desenvolvimento, bem como o público beneficiado estimado e as contribuições potenciais nos âmbitos ESG e as metas nacionais dos ODS, alinhados à matriz do Apêndice VI do Plano de Trabalho e o formulário do relatório técnico da FAPESC.

6.4 O Relatório Final deverá contemplar os resultados de todas as etapas previstas no cronograma e desenvolvidas durante a execução do projeto, como o detalhamento dos processos, serviços e

produtos em escala laboratorial, para o desenvolvimento de plantas piloto, patentes, transferência de tecnologia e potenciais novos negócios com os respectivos custos atrelados, bem como o mercado potencial e *stakeholders* de interesse. Os apontamentos anteriores deverão ter contribuição potenciais nos âmbitos ESG e as metas nacionais dos ODS, alinhados à matriz do Apêndice VI do Plano de Trabalho e o formulário do relatório técnico da FAPESC.

6.5 Além dos relatórios citados no item 6.3 e 6.4, a Empresa Proponente, selecionada por essa Chamada Pública, deverá organizar e apresentar um *workshop* para equipe técnica da FAPESC sobre o seguinte conteúdo: a eficiência dos processos, serviços ou produtos obtidos e estudo de aplicabilidade destes ao mercado estadual, nacional (quando possível) e internacional (quando possível). Tal evento deverá ser realizado, presencialmente na sede da FAPESC, no último mês de execução do projeto.

6.6 A empresa proponente selecionada pela presente Chamada Pública deverá disponibilizar, sempre que solicitado pela FAPESC, nos quatro anos após o encerramento do projeto apoiado, um relatório anual contendo os indicadores de impacto referentes aos processos, serviços ou produtos gerados através do financiamento da FAPESC, tais como: U

- a) nome das patentes geradas e comercializações realizadas anualmente;
- b) título de artigos indexados em bases de dados e citações recebidas anualmente;
- c) transferência de tecnologias com instituições nacionais e internacionais realizadas anualmente;
- d) nome do material intelectual citado em relatórios e documentos governamentais anualmente;
- e) nome do material intelectual citado em patentes anualmente; e
- f) nome de empresas criadas e faturamento anual.

7. ITENS FINANCIÁVEIS E NÃO FINANCIÁVEIS

O valor solicitado da subvenção econômica poderá ser utilizado para despesas de custeio e de capital do projeto de inovação apresentado no Plano de Trabalho e aprovado, compreendendo os seguintes itens:

7.1. Itens Financeiros

7.1.1. Capital: equipamentos, materiais permanentes nacionais ou importados, aplicados diretamente para o desenvolvimento da proposta;

7.1.2. Correntes: material de consumo nacional ou importado, serviços de terceiros pessoa física ou jurídica;

a) Bolsas: o projeto selecionado poderá pagar bolsistas, com duração de até 12 (doze) meses, observada a vigência do projeto, nas modalidades descritas na Tabela 01. As bolsas seguirão a Política de Bolsas da FAPESC vigente quando da vinculação dos bolsistas.

Tabela 01: Modalidade das Bolsas Fixação e Capacitação de Recursos Humanos – SET

Modalidade	Pré-requisito	Valor (R\$)
SET-A	Profissional com título de doutor, na área de execução do projeto, há no mínimo 5 (cinco) anos, e com comprovada experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.	7.200,00
SET-B	Profissional com título de doutor, na área de execução do projeto, há no mínimo 2 (dois) anos, e com comprovada experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.	6.000,00

SET-C	Profissional com título de doutor, na área de execução do projeto e comprovada experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.	5.400,00
SET-D	Profissional com título de mestre, na área de execução do projeto, há no mínimo 5 (cinco) anos, e com comprovada experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.	4.800,00
SET-E	Profissional com título de mestre, na área de execução do projeto, há no mínimo 2 (dois) anos, e com comprovada experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.	4.200,00
SET-F	Profissional com título de mestre, na área de execução do projeto e comprovada experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.	3.600,00
SET-G	Profissional de nível superior com experiência compatível com a ação prevista na Chamada.	3.000,00

b) Os bolsistas serão selecionados pela Empresa Proponente do projeto classificado e selecionado. A seleção dos bolsistas deverá ser realizada após a contratação do projeto e o recebimento em conta dos recursos da subvenção, com publicidade da vaga, por um período de 12 (doze) meses, destinada ao profissional pesquisador(a), com perfil de acordo com o objetivo da presente Chamada Pública.

c) O(a) Coordenador(a) Geral não poderá receber nenhuma das bolsas tipificadas na presente Chamada Pública.

d) Serviços de terceiros, pessoa física e/ou jurídica, de caráter eventual, locação, instalação de equipamentos, incluindo serviços de consultoria ou assessoria técnica e despesas com registro de propriedade intelectual que, para as contratações deverá ser observada a legislação nos termos do Decreto Estadual nº 1.323, de 2012, além da política da FAPESC e descrição no Plano de Trabalho. Os pagamentos a pessoas físicas deverão ser realizados de acordo com a legislação em vigor, de forma a não caracterizar vínculo empregatício.

e) Material de consumo, todo aquele utilizado no projeto que, em razão de uso, perde sua identidade física ou características individuais e tem durabilidade prevista limitada;

f) Diárias, aplicando-se o valor de R\$ 110,00 quando não houver pernoite e R\$ 220,00 quando houver pernoite, por analogia ao disposto no Decreto Estadual 650, de 2020, somente para a Proponente/Coordenadora e membros da equipe executora do projeto inclusos no Plano de Trabalho, para cobrir despesas com hospedagem, alimentação e locomoção, decorrentes de afastamento da sede em caráter eventual para atividades exclusivas e descritas no Plano de Trabalho aprovado pela Fapesc. As disposições acerca do pagamento de diárias poderão ser alteradas a qualquer tempo por resolução publicada pela FAPESC;

g) Passagens aéreas e/ou terrestres nacionais, exclusivas para a equipe técnica executora do projeto, inclusos no Plano de Trabalho, para realização de atividades diretamente ligadas ao desenvolvimento do Plano de Trabalho aprovado pela FAPESC, limitada a 10% (dez por cento) do recurso solicitado no projeto.

7.1.3 A seleção do prestador de serviços deverá ocorrer após a contratação do projeto e, para estas contratações deverá ser observada a legislação nos termos do Decreto Estadual nº 1.323, de 2012, e do Manual de Execução Financeira e Prestação de Contas de Projetos Apoiados pela FAPESC (<https://fapesc.sc.gov.br/prestacao-de-contas/>), além de ser obrigatória a aprovação destes serviços no Plano de Trabalho. No momento da prestação de contas do projeto, será obrigatória a entrega de contratos e relatórios assinados pelos prestadores de serviços detalhando as horas técnicas trabalhadas, com indicação dos profissionais, suas qualificações, a data, o número e valor (custo) das horas trabalhadas por cada um, comprovando os serviços executados.

7.1.4 Serão financiáveis apenas as despesas realizadas após a contratação do projeto e o recebimento em conta dos recursos da subvenção. Não será realizado o reembolso de quaisquer despesas efetuadas em período anterior à contratação e recebimento da subvenção.

7.1.5 Os pagamentos devem ser realizados diretamente ao credor, obrigatoriamente. O pagamento de despesas para posterior reembolso é permitido em casos específicos e restritos. Na hipótese de haver atraso no repasse financeiro pela FAPESC, a empresa proponente pode arcar com as despesas inadmissíveis, desde que já publicado no DOE o Termo de Subvenção e se reembolsar do valor antecipado. Mesmo nesta situação excepcional, os comprovantes das despesas devem obedecer às formalidades estipuladas no Manual Para pagamentos de bolsas, este deve ser realizado direto para a conta do bolsista, não sendo permitida a realização de reembolso à empresa beneficiária, exceto na hipótese de atraso no repasse financeiro pela FAPESC.

7.1.6 O pagamento para os serviços prestados por pessoas físicas dar-se-á mediante nota fiscal avulsa de prestação de serviço fornecida pela Prefeitura Municipal ou nota fiscal própria do prestador do serviço.

7.1.7 A mão de obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com a FAPESC e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade da Empresa Proponente do projeto.

7.1.8 A Empresa Proponente deverá sempre observar o melhor aproveitamento dos recursos públicos, considerando os aspectos de qualidade e de rendimento que possam comprometer o resultado da pesquisa, visando o melhor aproveitamento destes recursos. A FAPESC poderá solicitar ao Proponente a apresentação de orçamentos para a devida comprovação dos serviços e produtos incluídos no Plano de Trabalho.

7.1.9 É vedada a contratação de serviços de membros da equipe executora do projeto prevista no Plano de Trabalho. Da mesma forma, é vedada a contratação de empresas cujo quadro societário seja composto por integrantes da equipe executora do projeto prevista no Plano de Trabalho.

7.2. Itens Não Financiáveis

São considerados não financiáveis com recursos da subvenção econômica:

- a) Projetos baseados em trabalhos de assistência técnica, construção de plantas piloto e revisões de literatura;
- b) Pagamento de pró-labore ou outras formas de remuneração a sócios;
- c) Pagamento de despesas de rotina, como serviços gerais, segurança, luz, água, telefone (celular e fixo), internet, correios, reprografia e obras civis, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da empresa beneficiária;
- d) Apoio para as atividades de rotina ou administrativa;
- e) Despesas com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, que exerçam atividades de apoio na empresa;
- g) Pagamento de quaisquer despesas a militar, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta, salvo se permitido por legislação específica;
- i) Construção de imóveis;
- j) Pagamento de despesas contábeis e administrativas, bem como de taxas de administração ou gestão, a qualquer título;
- k) Taxas bancárias, multas, encargos, indenizações, juros ou correção monetária;
- l) Despesas de publicidade; ornamentação, brindes, camisetas, coquetéis, shows, premiações, *coffee breaks* ou manifestações artísticas;
- m) Despesas com obras de construção civil, inclusive de reparação ou adaptação.

8. DA SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

8.1. A proposta deverá ser submetida à Plataforma de CTI da FAPESC, pelo *link* <http://plataforma.fapesc.sc.gov.br/fapesc/#/public/login>, conforme cronograma previsto no item 4 desta Chamada.

8.2. O(a) Proponente da Proposta e os(as) integrantes da equipe deverão estar previamente cadastrados na Plataforma de CTI da FAPESC.

8.3. Expirado o prazo limite indicado na presente Chamada Pública, nenhuma outra proposta será recebida, assim como não serão aceitos adendos, substituições, ou esclarecimentos que não forem, explícita ou formalmente, solicitados pela FAPESC.

8.4. Serão aceitas assinaturas eletrônicas devidamente certificadas.

8.5. Dos Documentos que acompanham a proposta

Deverão ser anexados na Plataforma de CTI da FAPESC em formato PDF e de forma legível não corrompida, a seguinte documentação:

- a. Cópias do CPF e do RG do(a) responsável pela empresa proponente. Ainda que seja o(a) representante legal da empresa proponente, é necessário encaminhar novamente, preferencialmente no mesmo arquivo em PDF;
- b. Inscrição no CNPJ da Receita Federal do Brasil, com indicação do nome e do endereço atualizado da empresa proponente;
- c. Cópia do Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, ou documento comprobatório de constituição da empresa, demonstrando o quadro societário;
- d. Cópia do balancete do último ano fiscal comprovando faturamento;
- e. Declaração de comprometimento de contrapartida.
- f. Arquivo em formato PDF, em português, contendo todas as informações do Plano de Trabalho conforme **Anexo I**.

9. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Todas as propostas serão analisadas conforme a sequência de etapas descrita abaixo:

9.1. Análise de Admissibilidade

9.1.1. O Comitê Permanente de Acompanhamento e Avaliação (CPAA) da FAPESC procederá a análise de admissibilidade das propostas, verificando os itens 3 e 9 desta Chamada Pública;

9.1.2. As propostas que não atenderem aos requisitos supracitados serão desclassificadas desta Chamada Pública;

9.1.3. As propostas que reunirem toda a documentação eletrônica, preencherem todos os requisitos e condições de admissibilidade exigidos na presente Chamada Pública serão submetidas à análise e julgamento de mérito e serão analisadas por, no mínimo, dois consultores *ad hocs* selecionados pela FAPESC;

9.1.4. Esta etapa consistirá na análise e avaliação do mérito das propostas segundo os critérios de avaliação estabelecidos no quadro abaixo, com notas atribuídas de 0 a 20, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Critérios de Avaliação.

ITEM A SER AVALIADO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. QUALIDADE DA PROPOSTA DE PROJETO (35 PONTOS)	Formulação da proposta de projeto, vinculada a pelo menos uma linha temática da presente Chamada Pública. Clareza na apresentação e detalhamento da proposta; atendimento ao objetivo da chamada pública; qualidade e coerência da Proposta de Projeto.	15

	<p>Adequação do Plano de Trabalho global da proposta de projeto aos resultados esperados.</p> <p>Correlação e coerência entre o objetivo geral, objetivos específicos, metodologias e resultados esperados. Potencial para fomentar processos, serviços ou produtos para promover o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.</p>	20
2. EXPERIÊNCIA PROPONENTE E EQUIPE DE TRABALHO (50 PONTOS)	<p>Resumo executivo sobre a excelência da Empresa Proponente</p> <p>Histórico de atuação ESG, CT&I e/ou PD&I no cenário catarinense; segmentos industriais atendidos pela empresa; premiações recebidas ou casos de excelência de atuação da empresa nos âmbitos ESG, CT&I ou PD&I (quando houver).</p>	7
	<p>Coordenador(a) Geral da proposta de projeto</p> <p>Publicação de artigos indexados em bases de dados na área do conhecimento do projeto proposto; desenvolvimento de patentes na área do conhecimento do projeto proposto; experiência na direção e/ou coordenação e/ou execução de projetos de CT&I e/ou PD&I.</p>	13
	<p>Coordenador(a) Técnico(a) da proposta de projeto</p> <p>Publicação de artigos indexados em bases de dados na área do conhecimento do projeto proposto; desenvolvimento de patentes na área do conhecimento do projeto proposto; H-index igual ou superior a “10” comprovado nas bases de dados <i>Scopus e Web of Science (Clarivate)</i>; participação em projetos na área de CT&I ou PD&I, com financiamento via agências de fomento brasileira ou iniciativa privada em áreas relacionadas à proposta de projeto submetida nesta chamada.</p>	20
	<p>Demais Especialistas da Equipe Técnica</p> <p>Publicação de artigos indexados em bases de dados na área do conhecimento do projeto proposto; desenvolvimento de patentes na área do conhecimento do projeto proposto; H-index comprovado nas bases de dados <i>Scopus e Web of Science (Clarivate)</i>; participação em projetos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) ou PD&I, com financiamento via agências de fomento brasileira ou iniciativa privada em áreas relacionadas à proposta de projeto submetida nesta chamada.</p>	10

3. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (10 PONTOS)	Concordância entre o orçamento total e o cronograma das etapas, atividades e desembolso para o desenvolvimento da proposta de projeto.	10
4. POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA AGENDA DE SUSTENTABILIDADE (5 PONTOS)	Correlação da proposta de projeto aos âmbitos ambiental, social e de governança (ESG) e aos ODS da Agenda 2030	5
PONTUAÇÃO TOTAL *	Soma das notas de todos os critérios	100

*Somente as propostas que obtiverem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da pontuação máxima, em cada item, serão recomendadas para aprovação.

9.1.5. Caso ocorra empate entre propostas, será considerado como item de classificação as melhores notas obtidas de acordo com a seguinte ordem de critérios 2, 1, 3 e 4 contidos no Quadro 1.

9.1.6. Concluídas análise e avaliação do mérito, o CPAA da FAPESC encaminhará à Direção Executiva da própria instituição um parecer conclusivo, contendo a relação das propostas com avaliação elegíveis para classificação, recomendando-as para homologação do resultado que será divulgado na página da FAPESC.

9.1.7. Os casos omissos serão analisados e avaliados pela Diretoria Executiva da FAPESC.

9.1.8. A recomendação (qualificação) da proposta não confere direito subjetivo ao auxílio, caracterizando mera expectativa de direito, sendo a aprovação condicionada à disponibilidade de recursos, observados o ranqueamento pela maior nota e os limites orçamentários, dispostos no item 9.1.4 e item 5 desta Chamada.

9.1.9. Para subsidiar seus trabalhos, o CPAA poderá solicitar assessoramento técnico de especialistas, quando for o caso.

9.1.10. O membro do CPAA deverá declarar-se impedido de participar do processo, caso identifique que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com quaisquer das Empresas Proponentes de propostas de projetos apresentadas na presente Chamada Pública.

9.1.12. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

9.1.13. O CPAA da FAPESC poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas Empresas Proponentes de propostas de projetos ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

10. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A FAPESC disponibilizará a relação dos projetos aprovados em seu site www.fapesc.sc.gov.br e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caso alguma Empresa Proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso administrativo conforme prazo previsto no cronograma, item 4.

11.2. O recurso deverá ser apresentado exclusivamente via e-mail encaminhado para <tej2023@fapesc.sc.gov.br> e deverá obedecer ao prazo estabelecido no item 4, Cronograma. Eventuais questionamentos podem ser enviados ao endereço <tej2023@fapesc.sc.gov.br>.

11.3. O CPAA analisará os recursos interpostos e encaminhará seu parecer à Diretoria Executiva da FAPESC, que deliberará quanto ao deferimento ou indeferimento do resultado.

11.4. Após análise dos recursos administrativos, o resultado será divulgado no site da FAPESC conforme previsto no cronograma. A divulgação do resultado poderá sofrer retificação.

11.5. Não poderá ser objeto de recurso:

- a. Informações adicionais que tenham qualquer relação com a alteração do mérito da proposta original;
- b. Envio de documentos complementares aos originariamente encaminhados.

11.6. As decisões dos recursos administrativos serão terminativas, não cabendo pedido de reconsideração.

12. DA CONTRATAÇÃO

A contratação será formalizada sob a forma de Termo de Subvenção Econômica (**Anexo II**), assinado diretamente com o(a) representante legal da empresa. Nesse documento, as partes declaram assumir os compromissos de garantir a realização plena do Plano de Trabalho anexado. Para fins de contratação, a empresa deve estar com o cadastro atualizado na Plataforma de CTI da FAPESC, além de anexar os documentos a seguir:

- a. Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal;
- b. Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Estadual;
- c. Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Municipal;
- d. Certidão Negativa junto à Justiça do Trabalho;
- e. Certificado de Regularidade do FGTS na Caixa Econômica Federal;
- f. Cópia do comprovante de residência no Estado de Santa Catarina (conta de luz, água, telefone), em nome do(a) representante legal da empresa. Em caso de comprovante em nome de terceiros, deverá ser apresentada declaração assinada por ele(a). O comprovante deverá estar atualizado com no máximo de 3 (três) meses a contar da data de inclusão dos documentos de contratação, conforme descrito no item 4 – Cronograma;
- g. Comprovante de regularidade quanto a prestação de contas de recursos estaduais recebidos e adimplência em relação às obrigações assumidas com a Administração Pública Estadual em nome do(a) Proponente da Proposta de Projeto da Empresa Beneficiária (CIASC, EPAGRI, CASAN, COHAB, FMPI-SEA, CIDASC, CELESC), disponível em <<https://www.sc.gov.br/cqe/dart/>>;
- h. Demonstrativo de consulta pelo CNPJ da Empresa Proponente no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&palavraChave=78.626.363%2F0001-24&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccadastro%2Ccnpj%2CnomeSancionado%2CufSancionado%2Corcao%2CcategoriaSancao%2CdataPublicacao%2CvalorMulta%2Cquantidade>);
- i. Demonstrativo de consulta pelo CNPJ da empresa beneficiária no Cadastro de Penalidades do Estado (<https://cadpen.sc.gov.br/cadpen/>).

12.1 O conteúdo, a veracidade e a integridade da documentação enviada serão de responsabilidade direta e exclusiva do(a) representante legal da empresa, Proponente da Proposta.

12.2 O não atendimento ao prazo de entrega da documentação resultará na perda do direito à contratação e a consequente convocação de proposta(s) suplente(s) oriundas do cadastro de reserva, obedecida à ordem de classificação da seleção e respeitado o limite de recursos financeiros da Chamada Pública.

12.3 A ausência de qualquer documento exigido ou a inadimplência da Empresa Beneficiária com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto. Assim, a empresa deverá estar atualizada e regularizada, com as Certidões Negativas de Débito e prestações de contas de quaisquer órgãos da administração pública durante todo o processo de contratação.

13. DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1. O(a) Proponente deverá aplicar os recursos, enquanto não utilizados para as finalidades do projeto, em fundo de aplicação financeira a curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública federal, vinculado à conta específica, com resgate e aplicação automática.

13.1.1. Os rendimentos de aplicação do recurso poderão ser utilizados para apresentação de resultados parcial e final do projeto. O(a) Proponente deverá solicitar autorização prévia, por meio da Plataforma de CTI da FAPESC, identificando e justificando os itens de despesas propostas.

13.2. Quaisquer alterações relativas às despesas aprovadas do projeto deverão ser solicitadas à FAPESC pelo(a) Proponente, acompanhadas da devida justificativa, devendo ser autorizadas antes de sua efetivação.

13.3. Os projetos deverão ser executados no prazo de até 12 (doze) meses. Mediante solicitação formal e apresentação de justificativa, o prazo de execução poderá ser prorrogado por até 06 (seis) meses.

14. DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1. O acompanhamento e avaliação dos projetos contemplados serão feitos por meio da apresentação de relatórios técnicos semestrais, encaminhados à FAPESC, que os analisará por intermédio do setor competente.

14.2 Será realizada capacitação do conhecimento gerado, pela equipe de trabalho vinculado à proposta do projeto, para a equipe técnica da FAPESC.

14.3. Sempre que necessário, a FAPESC poderá solicitar à Empresa Proponente a apresentação de relatórios do Plano de Trabalho, bem como realizar acompanhamento da estruturação e implantação do Plano de Trabalho descrito.

14.4. A não apresentação de relatórios técnicos, bem como das prestações de contas, segundo as normas exigidas e nos prazos estabelecidos, sujeitará a inscrição da empresa beneficiária no Cadastro de Inadimplentes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo de Santa Catarina e às demais sanções legais cabíveis.

14.5. A prestação de contas final do projeto (técnica e financeira) será encaminhada à FAPESC no prazo de até 30 (trinta) dias contados do final da vigência do Termo de Subvenção sob as penas da Lei e deverá seguir o disposto no Decreto Estadual nº 2.372, de 2009.

14.6. O Manual de Execução Financeira e Prestação de Contas de Projetos Apoiados pela FAPESC deve ser consultado pela Empresa Beneficiária e Proponente da Proposta de Projeto, pois contém as orientações necessárias para o correto gerenciamento dos projetos contemplados com o auxílio da FAPESC. O mesmo se encontra no site da FAPESC no endereço eletrônico <<https://fapesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/manual-de-prestacao-de-contas-2022.docx>>

[8_fevereiro-2023.pdf](#)>. Toda legislação citada nesta Chamada Pública e no Manual mencionado deverá ser acessada, lida e seguida, em especial o Decreto Estadual nº 2.372, de 2009.

15. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

15.1. Os direitos de Propriedade Intelectual (PI) sobre os resultados do projeto deverão seguir as normas internas da instituição de vínculo empregatício da Empresa Proponente, bem como das normativas relativas à PI nacionais e estaduais.

15.2. As divisões de percentuais, bem como as condições para uso, exploração, comercialização e proteção da Propriedade Intelectual poderão ser estipuladas em instrumento jurídico específico posterior entre as Empresas Beneficiária, Proponentes das Propostas de Projetos e, quando for o caso, a FAPESC.

15.3. A Empresa Beneficiária deverá informar à FAPESC, por meio do endereço eletrônico teij2023@fapesc.sc.gov.br em até 30 dias, sempre que for realizado pedido de proteção de ativo de propriedade intelectual oriundo do projeto (patente, desenho industrial, programa de computador), bem como, em igual prazo, quando de sua concessão pelo respectivo órgão concedente.

16. DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

16.1. Quaisquer divulgações e publicações, presentes ou futuras, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, resultantes das atividades apoiadas pela presente Chamada Pública deverão, obrigatoriamente, mencionar em destaque o apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina realizado via **Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)**.

16.2. Todos os artigos científicos indexados em bases de dados e editoras internacionais (*Elsevier, Web of Science, Springer, Scielo*, entre outros), patentes internacionais e citações em políticas públicas internacionais, proveniente das ações e resultados dos projetos selecionados nesta Chamada, deverão citar a FAPESC como entidade financiadora no manuscrito da seguinte maneira: **Fundacao de Amparo a Pesquisa e Inovacao do Estado de Santa Catarina (FAPESC)**. Nas demais bases de dados lusófonas, editoras lusófonas, publicações em canais de divulgação nacionais, citações em políticas públicas nacionais, apresentação em eventos/congressos nacionais e demais casos deverão citar a FAPESC como entidade financiadora da seguinte maneira: **Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)**.

16.3. O uso da marca da FAPESC deve seguir as orientações contidas no Manual de Marca da FAPESC, disponível no site www.fapesc.sc.gov.br.

16.4. Todo conteúdo proveniente das ações e resultados dos projetos selecionados nesta Chamada, publicado ou postado em vídeos, fotos e/ou atividades, nos sites e nos perfis do Instagram, Facebook, Twitter, Youtube entre outras redes sociais, sempre que possível, deverão marcar a FAPESC com @Fapesc.gov, @Fapesc.sc e @governosc.

16.5. Quando da apresentação de ações e resultados do projeto, deve-se enviar à Assessoria de Comunicação da FAPESC, por meio do endereço eletrônico comunicacao@fapesc.sc.gov.br dados, imagens e informações que viabilizem o anúncio do mesmo. Os materiais de apoio para divulgação deverão conter texto em formato jornalístico, programação, indicação do meio de publicação, fotos em boa resolução e vídeo curto, de no máximo 1 (um) minuto, explicando o projeto e o resultado. Solicita-se, sempre que possível, antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

17. DA IMPUGNAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

17.1. Decairá o direito de impugnar os termos desta Chamada Pública qualquer interessado(a) que não o fizer em até 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao lançamento desta Chamada no Diário Oficial do Estado. Não terão efeito de recurso as impugnações feitas por aquele que venha apontar, posteriormente ao prazo supracitado, eventuais falhas ou imperfeições desta Chamada Pública.

17.2. A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria de Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPESC, por correspondência eletrônica, para o endereço tej2023@fapesc.sc.gov.br, com o assunto: “Impugnação CP FAPESC 09/2023”.

17.3 A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, inclusive quanto aos recursos financeiros a ela alocados, por decisão unilateral da FAPESC, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18. DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

18.1. As participantes da presente Chamada Pública, tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas de qualquer natureza, concordam que executarão as obrigações assumidas de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis à Administração Pública Direta e Indireta e atividades do terceiro setor.

18.2. Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação correspondente, entre as quais as que se encontram determinadas na Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e Lei nº 12.846, de 2013, seus regulamentos e demais Legislações Federais e Estaduais correlatas.

18.3 As Empresas Proponentes de propostas de projeto beneficiárias se comprometem a não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I, artigo 1º da IN CGE/SEA nº 01, de 2020, bem como, exigir o mesmo zelo de terceiros por elas contratados.

18.4 Comprometem-se em notificar a Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da inexecução da presente cláusula anticorrupção.

18.5 Declaram ainda, ter plena ciência de que a violação de qualquer das obrigações previstas na IN CGE/SEA nº 01, de 2020, além de outras pertinentes à espécie, é causa para a sua imediata exclusão deste certame, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS

19.1. As partes do presente instrumento jurídico declaram que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, 14 de agosto de 2018, e autorizam a FAPESC a coletar e tratar seus dados pessoais e das Empresas Proponentes de propostas de projeto, para o fim exclusivo de viabilizar a execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD e o seguinte:

- a. Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF das representantes das empresas proponentes de propostas de projeto, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta;
- b. A coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar a execução do objeto contratado;
- c. A FAPESC não divulgará os dados pessoais coletados.

19.2. A FAPESC é a controladora dos dados pessoais tratados neste item, podendo ser contatada por meio do seguinte endereço eletrônico: fapesc@fapesc.sc.gov.br.

19.3. A FAPESC se responsabiliza por todas as medidas de segurança necessárias à proteção dos dados coletados ou tratados de incidentes de segurança da informação e comunicará aos titulares

dos dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, em conformidade ao art. 48 da LGPD.

19.4. Os(as) titulares dos dados, poderão exercer, no que couber, os direitos previstos no art. 18 da LGPD.

19.5. Os(as) titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir a continuidade do projeto.

19.6. As Empresas Proponentes de propostas de projeto, bem como toda a equipe técnica incluída no Plano de Trabalho deverão manter sob sigilo e confidencialidade as metodologias empregadas e os resultados obtidos/desenvolvidos em cada uma das linhas temáticas que somente poderão ser divulgados e reproduzidos, total ou parcialmente, em concordância com as partes.

19.7. Serão consideradas informações confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pela Empresa Proponente de proposta de projeto, representante legal e pelas legislações aplicáveis, como a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação, devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da Empresa Proponente e representante legal.

19.8. Outras condições referentes ao sigilo, confidencialidade de dados e informações relativas ao objeto do presente termo e seus resultados, serão estipuladas, quando for o caso, em instrumento jurídico específico posterior, entre as Empresas Proponentes de proposta de projeto, seu(sua) representante legal responsável pelo projeto e a FAPESC.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A presente Chamada Pública regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições do Marco Legal de CT&I, EC 85, de 2015, Lei Federal nº 10.973, de 2004, alterada pela Lei nº 13.243, de 2016, conhecida como o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei Estadual nº 14.328, de 2008, Decreto 2.372, de 2009 e demais Normas do Governo Federal, Estadual e da FAPESC.

20.2. A participação neste processo implicará a aceitação das normas constantes nesta Chamada Pública e demais normas aplicáveis divulgadas pela internet no *site* <<http://www.fapesc.sc.gov.br>>. É responsabilidade da Empresa Proponente da proposta e/ou representante legal acompanhar a publicação de todos os atos e comunicações referentes à presente Chamada Pública.

20.3. A veracidade das informações prestadas, bem como da documentação apresentada, será de responsabilidade exclusiva da Empresa Proponente e Proponente da Proposta, respondendo por elas, na forma da lei.

20.4. Os apoios concedidos pela FAPESC não geram vínculo empregatício e são destinados exclusivamente à execução do projeto.

20.5. A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela FAPESC por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com a presente Chamada Pública é o da Justiça Estadual da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

21.2. A presente Chamada Pública é o documento oficial da FAPESC, para todos os fins e efeitos de direito. Caso sejam constatadas divergências entre as informações constantes em regulamentos específicos ou nos materiais de divulgação, prevalecerá o estipulado na presente Chamada.

21.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva da FAPESC.

21.4. Os projetos contemplados permitem que o Governo do Estado use o nome e imagem das Empresas Proponentes de propostas de projeto criadas para divulgação do programa.

21.5. Solicitações e esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública deverão ser encaminhados diretamente ao endereço eletrônico <tej2023@fapesc.sc.gov.br>.

Florianópolis (SC), 06 de setembro de 2023.

Fábio Wagner Pinto
Presidente da FAPESC
(assinado digitalmente)

ANEXO I MODELO PLANO DE TRABALHO

NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

TÍTULO DA PROPOSTA DE PROJETO (máximo 3 linhas em português e 3 linhas em inglês)

NOME DO COORDENADOR (A) GERAL

link do CV Lattes

tempo de mercado da instituição

NOME DO (A) COORDENADOR (A) TÉCNICO (A)

link do CV Lattes

link ORCID

H-index

ESPECIALISTAS TÉCNICOS E/OU CIENTÍFICOS:

Nome Integrante 1, CPF, Título Acadêmico (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado),
Link ORCID (se houver), H-index (se houver), Link atualizado na Plataforma Lattes

Nome Integrante 2, CPF, Título Acadêmico (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado),
Link ORCID (se houver), H-index (se houver), Link atualizado na Plataforma Lattes

Nome Integrante 3, CPF, Título Acadêmico (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado),
Link ORCID (se houver), H-index (se houver), Link atualizado na Plataforma Lattes

Nome Integrante 4, CPF, Título Acadêmico (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado),
Link ORCID (se houver), H-index (se houver), Link atualizado na Plataforma Lattes

LINHA TEMÁTICA CONTEMPLADA OU LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS

RESUMO EXECUTIVO sobre a excelência da empresa proponente da proposta de projeto (máximo 13 linhas em português)

- histórico de atuação ESG, CTI e/ou PD&I no cenário catarinense;
- segmento industrial atendidos pela empresa;
- premiações recebidas ou casos de excelência da instituição ESG, CTI ou PD&I (quando houver);
- outras informações sobre a performance institucional que contribuam para o desenvolvimento da proposta de projeto.

RESUMO DA PROPOSTA PROJETO (máximo 10 linhas em português e 10 linhas em inglês)

PALAVRAS-CHAVE (máximo cinco em português e máximo cinco em inglês)

INTRODUÇÃO (máximo 2 páginas em português)

sobre o potencial/relevância da proposta de projeto

1. JUSTIFICATIVA (máximo 1 página em português)

- destacar problemática identificada;
- caráter multidisciplinar do plano de trabalho;
- impactos positivos esperados (melhorias e/ou potencial de inovação) para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina através da CTI e/ou PD&I

2. OBJETIVO GERAL (máximo 3 linhas em português);
 - 2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS (máximo 3 linhas cada objetivo específico em português)
 - ▣ Os objetivos específicos a serem alcançados através da metodologia e etapas do item 4 (deverão ser correlacionados com os resultados esperados no item 6 – revisar Apêndice VI);
3. METODOLOGIA (máximo 3 páginas em português)
 - Normas, técnicas e procedimentos metodológicos a serem aplicados em cada etapa e seus respectivos entregáveis (deverão ser correlacionados com os resultados esperados do item 6 – revisar Apêndice VI).
 - Infraestrutura técnica necessária para o desenvolvimento do projeto no Brasil.
4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO* (máximo 2 páginas em português)
 - Previsão de desembolso da proposta de projeto a serem custeadas com recursos desta chamada e de contrapartida. Em sinergia com as etapas do item 4 (metodologia).
5. RESULTADOS ESPERADOS (máximo 2 páginas em português)
 - I. Descrição da aplicabilidade dos processos, serviços ou produtos esperados. Bem como o público potencial a ser beneficiado;

Perspectivas de correlação do plano de trabalho com a Agenda 2030 de forma tabulada (**Apêndice VI**). Apresentar correlação entre o objetivo geral, objetivos específicos, etapas, procedimentos metodológicos a serem utilizados e resultados esperados com os âmbitos ambiental, social e governança (ESG) e à pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

Evidências sobre o perfil do(a) Coordenador(a) Geral da proposta de projeto

Evidências sobre o perfil do(a) Coordenador(a) Técnico(a);

Declaração de participação assinada pelo(a) Coord.(a) Técnico(a);

Termo de aceite do(a) Coordenador(a) Geral para ser avaliador AD HOC de propostas de projetos da FAPESC;

Termo de aceite do(a) Coord.(a) Técnico(a) para ser avaliador AD HOC de propostas de projetos da FAPESC;

Matriz sobre a correlação entre os procedimentos técnico-científicos do plano de trabalho e os seus potenciais resultados esperados.

APÊNDICE I DA PROPOSTA

Evidências sobre o perfil do Coordenador(a) Geral

APÊNDICE II DA PROPOSTA

Evidências sobre o perfil do(a) Coordenador(a) Técnico(a)

APÊNDICE III DA PROPOSTA

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO COMO COORDENADOR TÉCNICO

Eu, "NOME COMPLETO", portador do CPF "XXXX", doutor em "XXXXXXXX", declaro para os devidos fins que possuo competência técnica exigida pelo edital "XXXXXXXX" e me comprometo como coordenador técnico da proposta de projeto intitulada "XXXXXXXX", proposto pela empresa "NOME COMPLETO" e com CNPJ "XXXX".

Nome completo do(a) coordenador(a) técnico(a)

ORCID do(a) coordenador(a) técnico(a)

Nome da Instituição de Vínculo

E-mail e telefone de contato

Data

Assinatura

APÊNDICE IV DA PROPOSTA

Declaração de aceite do(a) Coordenador(a) Geral da proposta de projeto em ser avaliador(a) AD HOC da FAPESC por dois anos, prorrogáveis por mais dois anos.

Eu, "NOME COMPLETO", portador do CPF "XXXX", pós-graduação em "XXXXXXXX", declaro para os devidos fins que aceito ser avaliador AD HOC da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) quando for solicitado, havendo disponibilidade e não impedimento.

Data

Assinatura

APÊNDICE V DA PROPOSTA

Declaração de aceite do(a) Coordenador(a) Técnico(a) da proposta de projeto em ser avaliador(a) AD HOC da FAPESC dois anos, prorrogáveis por mais dois anos.

Eu, "NOME COMPLETO", portador do CPF "XXXX", doutor em "XXXXXXXX", declaro para os devidos fins que aceito ser avaliador AD HOC da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) quando for solicitado, havendo disponibilidade e não impedimento.

Data

Assinatura

APÊNDICE VI - MATRIZ SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DO PLANO DE TRABALHO E OS SEUS POTENCIAIS RESULTADOS ESPERADOS.

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	RESULTADOS ESPERADOS	ÂMBITO ESG CORRELACIONADO	ODS - BRASIL CORRELACIONADO
Ex.: Texto referente ao Objetivo Geral apresentado no plano de trabalho da proposta de projeto	Ex.: OE1	Ex.: Etapa 1, 2 ou 3 (prevista na metodologia do plano de trabalho da proposta de projeto) Descrição sucinta da finalidade de uso da norma, técnica, procedimento, análise ou iniciativa que possibilitará executar a etapa supracitada e alcançar o "Resultado Esperado" correlacionado na mesma linha da coluna à direita.	Ex.: "Resultado Esperado pela proposta de projeto" vinculado a Etapa metodológica apresentada na célula Etapa Metodológica OE1.	Ex.: Âmbito ESG (ambiental, social ou governança) que poderá ser beneficiado com o resultado esperado supracitado na célula dos Resultados Esperados dos OE1.	Ex.: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que poderá ser beneficiado com o resultado supracitado na célula dos Resultados Esperados dos OE1.
	Ex.:OE2	Ex.: Etapa 1, 2 ou 3 (prevista na metodologia do plano de trabalho da proposta de projeto) Descrição sucinta da finalidade de uso da norma, técnica, procedimento, análise ou iniciativa que possibilitará executar a etapa supracitada e alcançar o "Resultado Esperado" correlacionado na mesma linha da coluna à direita.	Ex.: "Resultado Esperado pela proposta de projeto" vinculado a Etapa metodológica apresentada na célula Etapa Metodológica OE2.	Ex.: Âmbito ESG (ambiental, social ou governança) que poderá ser beneficiado com o resultado esperado supracitado na célula dos Resultados Esperados dos OE2.	Ex.: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que poderá ser beneficiado com o resultado supracitado na célula dos Resultados Esperados dos OE2.
	Ex.: OE3	Ex.: Etapa 1, 2 ou 3 (prevista na metodologia do plano de trabalho da proposta de projeto) Descrição sucinta da finalidade de uso da norma, técnica, procedimento, análise ou iniciativa que possibilitará executar a etapa supracitada e alcançar o "Resultado Esperado" correlacionado na mesma linha da coluna à direita.	Ex.: "Resultado Esperado pela proposta de projeto" vinculado a Etapa metodológica apresentada na célula Etapa Metodológica OE3.	Ex.: Âmbito ESG (ambiental, social ou governança) que poderá ser beneficiado com o resultado esperado supracitado na célula dos Resultados Esperados dos OE3.	Ex.: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que poderá ser beneficiado com o resultado supracitado na célula dos Resultados Esperados dos OE3.

OE1 = Objetivo específico 1; OE2 = Objetivo específico 2; OE3 = Objetivo específico 3

ÂMBITO ESG: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>;

<https://gptw.com.br/conteudo/artigos/relatorios-de-sustentabilidade-gri/>

ODS - Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Anexo II

TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA

_CHAMADA_PUBLICA

Termo de Subvenção Nº: _TERMO
Protocolo de Entrada Nº: _PROCESSO
Protocolo EFAP: _EFAP

A **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAPESC**, criada pela Lei nº 10.355, de 09 de janeiro de 1997, a partir do Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FUNCITEC (Lei nº 7.958, de 05 de junho de 1990), alterada pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, Lei Complementar 381, de 7 de maio de 2007 e Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, denominação dada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011 e regida por seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 965, de 8 de maio de 2012 entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.682.869/0001-26, com sede no Parque Tecnológico ALFA – Rodovia José Carlos Daux, 600 (SC 401), Km 01, Módulo 12A, Prédio CELTA/FAPESC, 5º andar, Bairro João Paulo, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88030-902, doravante denominada simplesmente FAPESC, neste ato representada pelo seu Presidente, **Fábio Wagner Pinto**, nomeado através do Ato nº 242 de 17/01/2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.941 de 17/01/23, celebra o presente **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA** regido pelo Decreto 2.372, de 09 de junho de 2009, do Estado de Santa Catarina.

EMPRESA BENEFICIÁRIA

NOME: _NOME_INST	
CNPJ: _CNPJ_INST	
LOGRADOURO: _LOGRADOURO_INST	
BAIRRO: _BAIRRO_INST	
COMPLEMENTO: _COMPL_INST	NÚMERO: _NÚMERO_INST
CEP: _CEP_INST	CIDADE: _CIDADE_INST
ESTADO: _ESTADO_INST	PAÍS: _PAIS_INST
TELEFONE: _TELEFONE_INST	
REPRESENTANTE: _NOME_REP	
CPF: _CPF_REP	
IDENTIDADE: _IDENTIDADE_REP	ORGÃO EMISSOR: ORGAO_EMISSOR_REP
NACIONALIDADE: _NACIONALIDADE_REP	ESTADO CIVIL: _ESTADO_CIVIL_REP

CARGO: _CARGO_REP	
LOGRADOURO: _LOGRADOURO_REP	
BAIRRO: _BAIRRO_REP	
COMPLEMENTO: _COMPL_REP	NÚMERO: _NÚMERO_REP
CEP: _CEP_REP	CIDADE: _CIDADE_REP
ESTADO: _ESTADO_REP	PAÍS: _PAIS_REP
TELEFONE: _TELEFONE_REP	EMAIL: _EMAIL_REP
CONTA DO PROJETO Nº: _CONTA	AGÊNCIA: _AGÊNCIA

1. OBJETO

O presente TERMO CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA visa à concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, para a execução do projeto intitulado “_TÍTULO_PROJETO”, com a seguinte finalidade descrita pela beneficiária “_FINALIDADE_PROJETO”, aprovado no _CHAMADA_PUBLICA, em conformidade com Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso de Apoio à Bolsa Empresarial (quando aplicável), que são partes integrantes do presente instrumento.

2. RECURSOS

Valor Global: _VALOR_GLOBAL (_VALORGLOBALEXTENSO)

Valor FAPESC: _VALOR_SOLICITADO (_VALORSOLICITADOEXTENSO)

Valor BOLSA: _VALOR_BOLSA (_VALORBOLSAEXTENSO)

Valor de Contrapartida da Empresa Beneficiária: _VALOR_CONTRAPARTIDA (_VALORCONTRAPARTIDAEXTENSO)

2.1 REPASSE DA FAPESC

Nº	Categoria	Ação	Item	Pagador	Valor	Empenho

2.2 Os recursos serão depositados em conta corrente a ser aberta pela **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA** na agência nº _AGÊNCIA_DIGITO, do _BANCO, exclusivamente para atender aos objetivos deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, e identificada com o nome da BENEFICIÁRIA, acrescido do nome da FAPESC

2.3 Havendo previsão do pagamento de bolsas, o pagamento será realizado diretamente ao bolsista que, em conjunto com o coordenador, deverão respeitar o cronograma de desembolso e os termos definidos no Termo de Compromisso de Apoio à Bolsa.

2.3.1 Em programas de áreas especiais como, cooperação internacional, chamadas específicas vinculadas e Leis e Decretos, entre outros, o pagamento de bolsas poderá ser administrado pelo Coordenador do projeto.

2.4 Na hipótese de constatação de desvio de finalidade, impropriedade ou irregularidade na execução deste **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA** será sustada a

parcela a ser transferida, notificando-se a **BENEFICIÁRIA**, para sanear a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de glosa definitiva da parcela e instauração de Tomada de Contas Especial.

3. DA APLICAÇÃO FINANCEIRA

3.1 Os recursos e eventuais saldos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão de uso integral for superior a um mês.

3.2 O descumprimento da presente cláusula acarretará na obrigação da **BENEFICIÁRIA** em restituir à **FAPESC** o valor do rendimento que seria obtido caso a aplicação financeira houvesse sido realizada.

3.3 As receitas oriundas das aplicações financeiras poderão ser utilizadas no objeto do projeto, condicionadas à análise técnica da FAPESC, cuja implementação será realizada através de **APOSTILAMENTO** e estarão sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4. DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FAPESC

4.1 Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução estabelecida no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

4.2 Avaliar os Relatórios Técnicos e as Prestações de Contas relativas ao objeto do presente **TERMO CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA**.

4.3 Analisar e pronunciar-se sobre as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança do objeto.

4.4 Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA**, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, assumindo ou transferindo a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

5. DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA BENEFICIÁRIA

5.1 Executar as atividades inerentes à execução deste **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA**, na forma estabelecida no Plano de Trabalho.

5.2 Realizar a execução financeira do projeto exclusivamente a partir da conta específica, por meio de transferências bancárias eletrônicas, pagamento de boletos bancários e débitos de câmbio, cartão na função débito, vedada a emissão de cheques e a realização de saques. Despesas de pequeno valor ou de pronto pagamento (transporte urbano, etc) poderão ser feitas em espécie mediante comprovante, conforme descrito no Guia de Execução e Prestação de Contas da FAPESC, através do acesso ao link (<http://www.fapesc.sc.gov.br/prestacao-de-contas/>).

5.3 Assegurar que sejam aplicados os recursos da contrapartida oferecida, bem como disponibilizar pessoal devidamente qualificado, instalações apropriadas e recursos materiais necessários à fiel execução do objeto do **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA**.

5.4 Utilizar os recursos desembolsados pela FAPESC, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, quando devidamente autorizado pela FAPESC, exclusivamente na execução do objeto do presente **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA**.

5.5 Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA**.

5.6 Submeter à apreciação da FAPESC qualquer proposta de mudança no projeto inicial, em conformidade com a cláusula 14 do presente instrumento.

5.7 Fornecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias as informações solicitadas pela FAPESC referentes ao projeto e à situação financeira do projeto.

5.8 Não realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter informativo, educativo ou de orientação social da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, e desde que previstas no Plano de Trabalho.

5.9 Observar as determinações constantes, no que couber, da Lei Estadual nº 14.328 de 15 de janeiro de 2008 e do Decreto Estadual nº 2.372/2009, e aquelas emanadas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e outras normas legais regulamentares específicas aplicáveis.

5.10 Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado.

5.11 Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA.

5.12 Comprovar a aplicação dos valores de contrapartida econômica ou financeiramente mensurável.

5.13 Remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais, mudanças no quadro societário, na distribuição do capital social e no controle societário.

5.14 Propiciar os meios e as condições necessárias para que os técnicos da FAPESC e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tenham acesso ao desenvolvimento das atividades e aos documentos relativos à execução do objeto deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, bem como prestar a estes as informações solicitadas.

5.15 Manter em arquivo exclusivo disponível para a FAPESC, pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros referentes aos recursos transferidos por este instrumento, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor e no TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, adequados para o acompanhamento e avaliação físico-financeira do projeto.

5.16 Restituir à FAPESC, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão, rescisão ou extinção do TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, o eventual saldo financeiro remanescente, inclusive dos rendimentos de aplicação financeira.

5.17 No prazo de 30 (trinta) dias do encerramento da vigência do TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, apresentar o relatório técnico final do projeto, em meio eletrônico.

5.18 A BENEFICIÁRIA do presente termo de concessão, por meio de seu representante legal, colaborará na execução das atividades, mediante a disponibilização de infraestrutura logística e administrativa necessária à execução do objeto deste instrumento, sendo responsável solidária pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA, conforme Plano de Trabalho.

5.19 Realizar as prestações de contas de acordo com Lei vigente.

5.20 Empregar a contrapartida assumida, quando houver.

5.21 Observar os procedimentos relativos à aquisição, guarda e destinação dos equipamentos e materiais permanentes adquiridos ou produzidos com recursos do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, conforme cláusula 8.

5.22 Comunicar imediatamente à FAPESC, a ocorrência de qualquer evento impeditivo à execução normal do projeto, tais como: impedimento de seu representante legal por doença grave, falecimento, aposentadoria ou caso fortuito e força maior (a ser analisada pela FAPESC), ou, ainda, por decisão judicial, sob pena de responsabilização, no que couber.

6. É VEDADO À BENEFICIÁRIA

6.1 Promover despesas com obras de construção civil, inclusive de reparação ou adaptação.

6.2 Efetuar pagamento a si próprio, exceto diárias por ocasião de deslocamento que exija pernoite fora da região metropolitana ou do município sede para o desempenho de atividades pertinentes ao projeto, desde que previstas no Plano de Trabalho.

6.3 A compra de bônus de organismos internacionais com o objetivo de adquirir bens de consumo ou de capital para aplicação no projeto.

6.4 Utilizar os recursos a título de empréstimo para reposição futura.

6.5 Transferir recursos para fundações e similares a título de execução da parte financeira ou administrativa do projeto, bem como o pagamento de taxa de administração, gerência ou equivalentes.

6.6 Executar despesas em data anterior ou posterior à vigência do TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA.

6.7 Efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviço de consultoria ou assistência técnica.

6.8 Efetuar despesas com a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, bem como com o pagamento de contas de luz, água, telefone, correio e similares.

6.9 Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no projeto, ainda que em caráter de emergência.

6.10 Realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos estabelecidos.

6.11 Utilizar os recursos para a participação em congressos de integrantes da equipe de pesquisa que não tenham trabalho aprovado para apresentação no evento.

7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A BENEFICIÁRIA é obrigada a realizar prestação de contas, técnica e financeira, conforme Guia de Execução e de Prestação de Contas da FAPESC, parte integrante deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA. Os critérios para utilização dos recursos e procedimentos de prestação de contas constam no Guia, disponível no *site* da FAPESC.

7.2 A prestação de contas do projeto deverá ser encaminhada à FAPESC no prazo de até 30 (trinta) dias contados do final da vigência deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, em se tratando de última ou única parcela.

7.3 A liberação da segunda parcela ficará condicionada à apresentação de prestação de contas da primeira parcela liberada; a terceira ficará condicionada à aprovação da prestação de contas da primeira e à apresentação da prestação de contas da segunda, e assim, sucessivamente, até a última parcela.

7.4 As prestações de contas devem ser divididas em volumes separados por item orçamentário de despesas (um volume de custeio e outro de capital), constituindo-se dos seguintes documentos (nesta ordem):

a) Ofício de Encaminhamento contendo a identificação do projeto, referência ao Edital/Programa e a relação dos documentos.

b) Balancete de Prestação de Contas – Preenchimento online, impressão e assinatura do formulário eletrônico TC 28.

c) Extrato Bancário da conta corrente e da conta de aplicação.

d) Cópia dos Termos Aditivos.

e) Comprovantes originais de despesas realizadas, tais como Notas Fiscais de compra, prestação de serviço, Notas Fiscais Avulsas para Pessoa física, Declaração de Diárias, organizados em ordem cronológica.

f) Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas.

g) Devolução do saldo de recursos através de depósito identificado à FAPESC.

h) Formulário relativo à relação de bens de capital, disponível via internet no site da FAPESC.

- i) Termos de depósito devidamente preenchido e assinado pelos depositários.
- j) Comprovante do registro de entrada no patrimônio da instituição beneficiária.

7.5 Nas transações submetidas à incidência tributária as despesas deverão ser comprovadas por nota fiscal.

7.6 As notas fiscais, faturas e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da BENEFICIÁRIA/FAPESC/ número deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, contendo, obrigatoriamente, data de emissão, descrição detalhada dos materiais, bens ou serviços adquiridos.

7.7 Não serão aceitas notas fiscais que contenham, em qualquer de seus campos, rasuras, borrões, caracteres ilegíveis ou com prazo de validade vencido.

7.8 As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação dos recursos não poderão ser computadas como contrapartida e poderão aplicadas no objeto deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, condicionadas a análise técnica pela FAPESC, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas.

7.9 Os recursos financeiros repassados, oriundos de outros entes ou organismos nacionais ou internacionais, se sujeitam às normas por eles editadas e aos compromissos assumidos pelo Estado junto aos mesmos.

7.10 Quando a prestação de contas não for apresentada no prazo estabelecido, ou não for aprovada pela FAPESC, esta estabelecerá prazo máximo de 30 (trinta) dias para regularização ou recolhimento dos recursos, incluindo rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e computados os juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, através de depósito identificado, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

7.11. O representante legal da BENEFICIÁRIA é responsável solidário pela obrigação de prestar contas à FAPESC, podendo ser demandada administrativa e judicialmente, no caso de descumprimento do dever de prestar contas pela BENEFICIÁRIA.

8. DOS BENS E MATERIAIS PERMANENTES

8.1 Os bens oriundos dos recursos destinados à aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou de materiais permanentes, conforme previsão no Plano de Trabalho, serão integrados ao patrimônio da BENEFICIÁRIA e deverão possuir identificação do apoio financeiro da FAPESC.

8.2 Correrão às expensas da BENEFICIÁRIA todos os custos com seguro e prestação dos serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, para os bens adquiridos.

8.3 Na Prestação de contas será exigido o comprovante de registro dos bens, emitido pelo setor de patrimônio, contendo a descrição do bem, o número do tombamento, valor de aquisição e local de depósito.

8.4 As disposições desta cláusula não se aplicam à propriedade intelectual das criações obtidas no âmbito do projeto apoiado.

9. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

9.1 Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

9.1.1 Decreto Estadual nº 2.372, de 09 de junho de 2009, que institui e regulamenta o TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA de Apoio Financeiro a Projetos de Pesquisa Científica ou Tecnológica.

9.1.2 Plano de Trabalho.

9.1.3 Guia de Execução e Prestação de Contas da FAPESC, no seguinte link (<http://www.fapesc.sc.gov.br/prestacao-de-contas/>)

9.2 A BENEFICIÁRIA declara expressamente ter conhecimento do inteiro teor dos documentos listados nesta cláusula, cujas diretrizes são de observância obrigatória na execução do projeto.

10. DA DIVULGAÇÃO

10.1 Em todas as formas de divulgação, seja por meio de artigos científicos, notícias ou qualquer outra ação promocional da BENEFICIÁRIA relacionada com o objeto deste termo será consignada a participação da FAPESC na mesma proporção atribuída a BENEFICIÁRIA.

10.2 A logomarca da FAPESC deverá ser inserida em todo material promocional gráfico, áudio e audiovisual, bem como nos materiais utilizados no projeto, evidenciando o apoio financeiro realizado.

10.3 Fica vedado aos partícipes à realização de despesas com publicidade, com recursos repassados por meio deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA pela FAPESC.

10.4 O descumprimento de qualquer dos itens da presente cláusula (10.1, 10.2, 10.3) acarretará a penalidade sob luz de Lei vigente.

11. PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.1 Os direitos de Propriedade Intelectual (PI) sobre os resultados do projeto, deverão seguir as normas internas da BENEFICIÁRIA, bem como das normativas relativas à PI nacionais e estaduais.

11.2 As divisões de percentuais, bem como as condições para uso, exploração, comercialização e proteção da Propriedade Intelectual poderão ser estipuladas em instrumento jurídico específico posterior entre as Instituições proponentes, pesquisador responsável pelo projeto e, quando for o caso, a FAPESC.

11.3 A empresa beneficiária deverá informar a FAPESC, por meio do endereço eletrônico em até 30 dias, sempre que for realizado pedido de proteção de ativo de propriedade intelectual oriundo do projeto (patente, desenho industrial, programa de computador), bem como, em igual prazo, quando de sua concessão pelo respectivo órgão concedente.

12. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 Sujeita-se a BENEFICIÁRIA às normas da FAPESC, às condições contidas na Lei Federal nº. 9.279, de 14 de maio de 1996, Lei 14.328, de 15 de janeiro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 2.372, de 09 de junho de 2009, Decreto Estadual 965 de 08 de maio de 2012, Decreto Estadual nº 650, de 5 de junho de 2020, bem como à CHAMADA PÚBLICA que rege o presente instrumento jurídico e demais normas pertinentes.

13. DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

13.1 A vigência deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA iniciar-se-á na data da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DOE), encerrando-se em DATA_FIMVIGENCIA_EXT, possibilitada sua prorrogação, mediante a celebração de termo aditivo, desde que justificada a real necessidade e, que a solicitação de prorrogação seja apresentada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

13.2 A publicação do extrato do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina é condição indispensável para sua eficácia, devendo ser providenciada pela FAPESC até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data.

14. DAS ALTERAÇÕES

14.1 O presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA poderá ser alterado, de comum acordo entre os partícipes, por meio de termos aditivos, devendo o respectivo pedido ser apresentado no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da data que se pretenda o implemento das alterações, observado o disposto no inciso 14.1 nos casos de alteração da vigência.

14.2 Fica vedado o aditamento do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

15. DA DENÚNCIA E RESCISÃO

15.1 As partes podem denunciar o presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, a qualquer tempo, mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 30 (trinta) dias, ou quando verificada a superveniência de disposição legal ou decisão judicial que torne este instrumento inexecutável ou impraticável, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros entre os partícipes.

15.2 Constituem causas de rescisão do TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA:

- I. Quando não for executado o objeto pactuado.
- II. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final.
- III. Quando não for aprovada a prestação de contas.
- IV. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, e
- V. Quando ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

15.3 Em caso de inexecução do objeto ou de aplicação dos recursos em finalidade diversa daquela avençada, os valores, inclusive rendimentos de aplicação financeira, deverão ser restituídos à FAPESC, atualizados monetariamente desde a data do seu recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, através de depósito identificado, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 Quando da conclusão, desistência, descontinuidade, renúncia, rescisão ou extinção do benefício, os saldos financeiros remanescentes deverão ser devolvidos à FAPESC, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

16. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO (IN CGE/SEA nº 01/2020)

16.1 As partes signatárias deste Termo de Subvenção, concordam que executarão as obrigações assumidas de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis a administração pública direta e indireta e atividades do terceiro setor.

16.2 Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação correspondente, entre as quais as que se encontram determinadas na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e Lei Federal nº 12.846 de 01 de agosto de 2013, seus regulamentos e demais legislações Federais e Estaduais correlatas;

16.3 Os participantes comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I, artigo 1º da IN CGE/SEA nº 01/2020, bem como, exigir o mesmo zelo de terceiros por elas contratados;

16.4 Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da inexecução da presente cláusula anticorrupção;

16.5 Declaram ainda, ter plena ciência de que a violação de qualquer das obrigações previstas na IN CGE/SEA nº 01/2020, além de outras pertinentes à espécie, é causa para a sua imediata exclusão deste certame, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 As partes do presente instrumento jurídico declaram que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, 14 de agosto de 2018, e autorizam a FAPESC a coletar e tratar seus dados pessoais e de seus representantes/beneficiários/proponentes, para o fim exclusivo de viabilizar a execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD e o seguinte:

a) fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das instituições proponentes/intervenientes e

beneficiários/proponentes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta;

b) a coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar a execução do objeto contratado;

c) a FAPESC não divulgará os dados pessoais coletados.

17.2 A FAPESC é a controladora dos dados pessoais tratados neste Item, podendo ser contatada por meio do seguinte endereço eletrônico: fapesc@fapesc.sc.gov.br.

17.3 A FAPESC se responsabiliza por todas as medidas de segurança necessárias à proteção dos dados coletados ou tratados de incidentes de segurança da informação e comunicará aos titulares dos dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, em conformidade ao art. 48 da LGPD.

17.4 Os titulares dos dados, poderão exercer, no que couber, os direitos previstos no art. 18 da LGPD.

17.5 Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir a continuidade do projeto.

17.6 As instituições proponentes/intervenientes, o beneficiário/coordenador responsável pelo projeto e os bolsistas deverão manter sob sigilo e confidencialidade as metodologias empregadas e os resultados obtidos/desenvolvidos em cada uma das linhas temáticas, que somente poderão ser divulgados e reproduzidos, total ou parcialmente em concordância com as partes.

17.7 Serão consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pela Instituição proponente/intervenientes/beneficiário e pelas legislações aplicáveis, como a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da Instituição proponente/interveniente/beneficiário.

17.8 Outras condições referentes ao sigilo, confidencialidade de dados e informações relativas ao objeto do presente termo e seus resultados, serão estipuladas, quando for o caso, em instrumento jurídico específico posterior, entre as Instituições proponentes/intervenientes, o pesquisador responsável pelo projeto, e a FAPESC.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A BENEFCIÁRIA manifesta sua integral e incondicional ciência e concordância com a concessão que ora lhes é feita, comprometendo-se a cumprir fielmente as estipulações deste instrumento e as normas que lhe são aplicáveis.

18.2 A concessão do presente instrumento não gera vínculo de qualquer natureza ou relação de trabalho, constituindo doação com encargos feita à BENEFCIÁRIA.

18.3 O pessoal envolvido na execução deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA não possuirá vínculo de qualquer natureza com a FAPESC, e desta, não poderá demandar quaisquer pagamentos ou remuneração, sendo estes de inteira responsabilidade da BENEFCIÁRIA que o tiver contratado ou empregado na execução dos trabalhos. Se eventualmente a FAPESC vier a ser demandada pelo pessoal utilizado nos trabalhos, a BENEFCIÁRIA à indenizará das despesas que em decorrência realizar, atualizadas monetariamente.

18.4 O pagamento de diárias ou o adiantamento de viagens, quando previstos no Plano de Trabalho, respeitará o valor unitário aplicável aos servidores públicos estaduais, conforme disposto no Decreto Estadual nº 650, de 2020.

18.5 A FAPESC deve ser comunicada, de imediato, em caso de impedimento do proponente da pesquisa, tais como: doença grave, falecimento, aposentadoria ou caso fortuito e força maior ou qual outra situação que possa prejudicar o andamento da pesquisa.

18.6 A assinatura do TERMO DE SUBVENÇÃO acarreta a aceitação e no compromisso de cumprir com as cláusulas e condições do Decreto 2.372, dos Anexos da Chamada Pública e do Guia de Execução e Prestação de Contas Para Projetos de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação.

19. DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis (SC), para dirimir as questões decorrentes da execução do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ressalvada a competência prevista no artigo 109, inciso I, da Constituição da República.

19.2 E assim, por estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento do TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA nº **_TERMO**, o qual lido e achado conforme, foi assinado pelos partícipes, com as testemunhas abaixo, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis (SC), ___/___/_____.

Fábio Wagner Pinto
Presidente da FAPESC

_NOME_REP
_NOME_INST

Testemunhas

_NOMETESTEMUNHA1
_CPFTESTEMUNHA1

_NOMETESTEMUNHA2
_CPFTESTEMUNHA2



Assinaturas do documento



Código para verificação: **6J3JSA42**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **FÁBIO WAGNER PINTO** (CPF: 024.XXX.479-XX) em 06/09/2023 às 18:41:49
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 15:49:03 e válido até 18/01/2123 - 15:49:03.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/RkFQRVNDXzQzMDVfMDAwMDIxNDdfMjE1MV8yMDIzXzZKM0pTQTQy> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **FAPESC 00002147/2023** e o código **6J3JSA42** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.